

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 544.456 - SP (2019/0335240-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE** : **ADRIANO CESAR DE CAMARGO**  
**ADVOGADOS** : **MARCOS VINICIUS VIEIRA - SP189423**  
                  **VANESSA POPP LUCAS - SP224480**  
                  **DAVI PEREIRA REMÉDIO - SP289517**  
**AGRAVADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**EMENTA**

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. *MANDAMUS* INDEFERIDO LIMINARMENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A pretendida a desclassificação de posse de arma de fogo de uso restrito para posse de arma de uso permitido não foi submetida à análise do Tribunal de origem, que não se manifestou sobre o tema, razão pela qual resta impossibilitado seu exame direto por esta Corte Superior, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância.

2. Ademais, o exame da questão demandaria amplo revolvimento da matéria fático-probatória, procedimento incompatível com a via estreita do *habeas corpus*. Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator